RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 09 de Agosto de 2025

Leia mensagens de ex-subsecretária do Distrito Federal que montou blitz contra Lula

"MENOS VOTOS NO 9"

Metrópoles

Denunciada por organizar diversas blitze país afora e impedir que eleitores do então candidato à Presidência Lula da Silva chegassem às seções de votação, a delegada Marília Ferreira Alencar, da Polícia Federal (PF), teve as conversas investigadas. De acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), a ex-subsecretária de Segurança Pública do Distrito Federal agiu em uma organização criminosa para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Antes de alçar à alta cúpula da SSP no DF, Marília era diretora de Inteligência do Ministério da Justiça durante a gestão de Anderson Torres e, em 2022, foi uma das responsáveis por articular a organização de blitze pelo país para evitar que eleitores do então candidato Lula da Silva (PT) conseguissem votar no segundo turno. As informações constam em denúncia da PGR apresentada nesta semana.

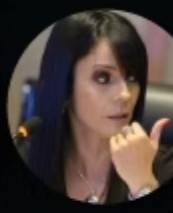
As investigações apuraram o histórico de conversas do celular de Marília e depoimentos de servidores do Ministério da Justiça, logo após o primeiro turno de 2022, a delegada solicitou um levantamento com os locais em que Lula teve uma votação expressiva.

As conversas constam em trechos na denúncia e apontaram para uma intensa coordenação de estratégias para interferência no segundo turno das eleições presidenciais, que ocorreram em 30 de outubro de 2022.

Veja a ilustração com o diálogo travado:

2.10.2022

Temos que pensar na ofensiva quanto a essas pesquisas

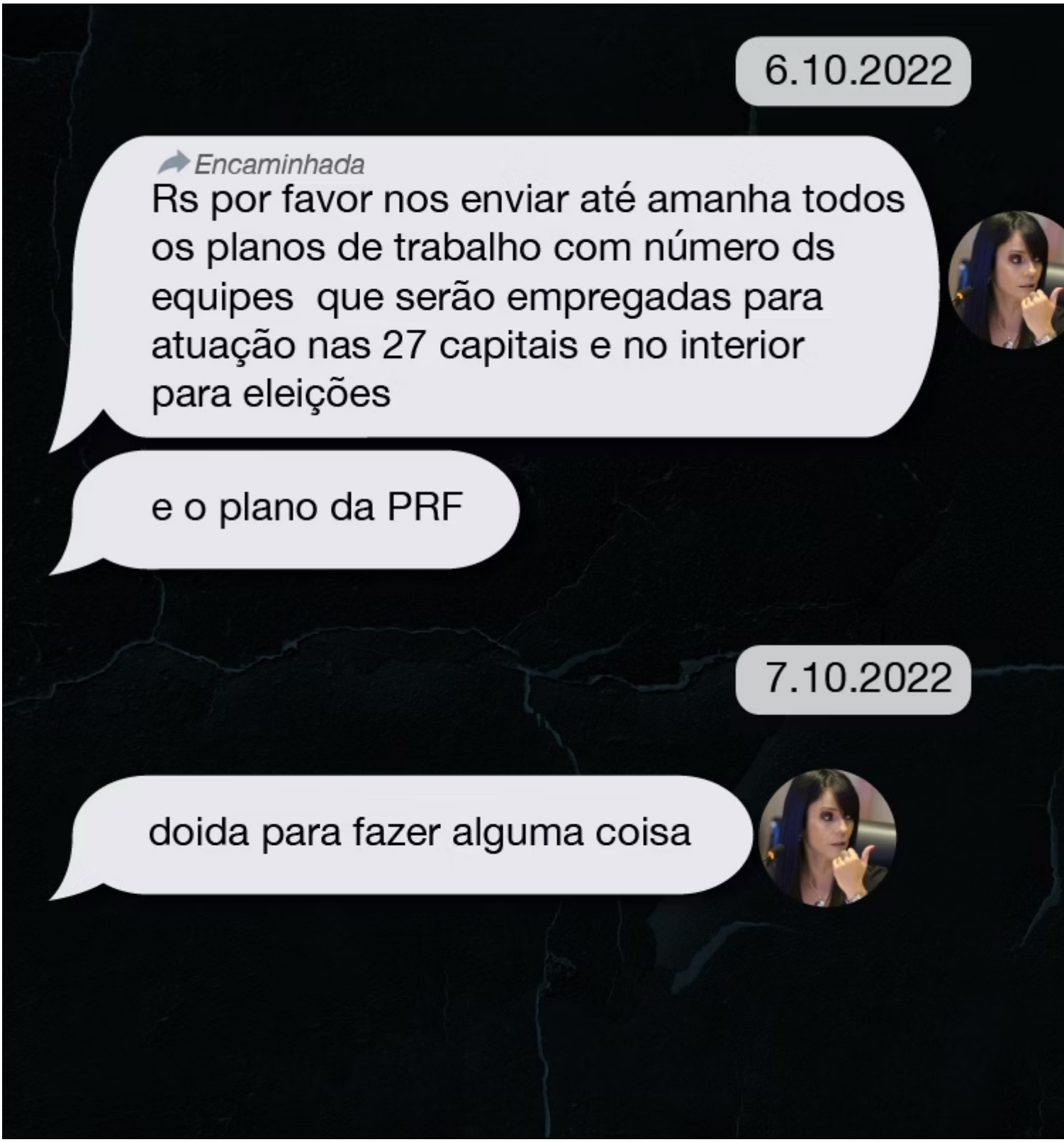


6.10.2022

Pronto, falei com o Marcão.

Tudo alinhado

Sobre efetivo



Ainda no dia do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro, Marília Alencar envia uma mensagem para o delegado da PF e colega no Ministério da Justiça, à época, Fernando de Souza, dizendo que deviam pensar em uma ofensiva quanto às pesquisas. Fernando era, na época, diretor de operações do MJ.

Em 6 de outubro de 2022, Marília encaminhou a Fernando uma mensagem em que os planos de trabalhos para a atuação nas capitais do país durante o pleito.

Veja a ilustração:

GRUPO OFF

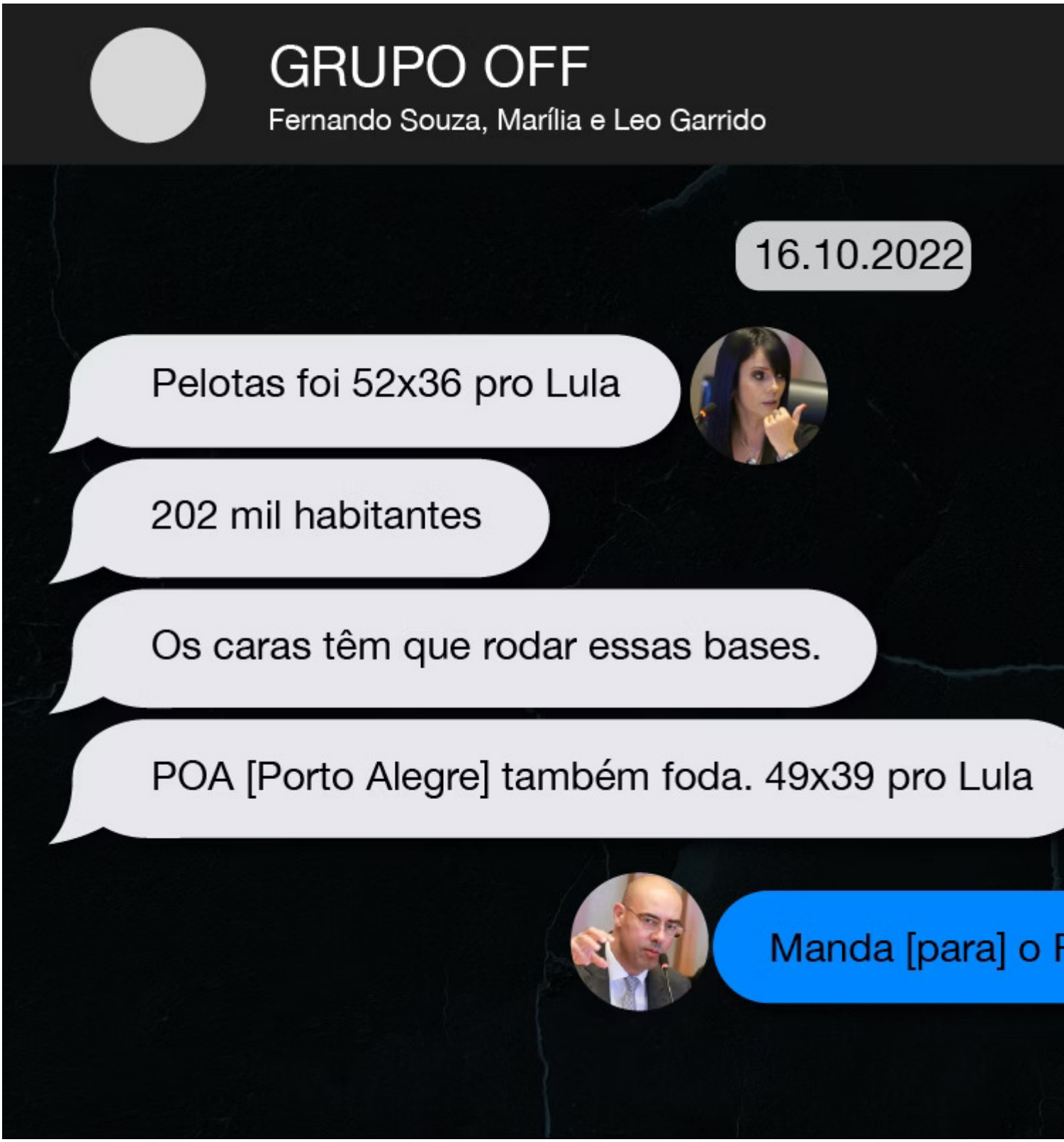
Fernando Souza, Marília e Leo Garrido

13.10.2022

Belford Roxo o prefeito é vermelho. Precisa reforçar PF.

Menos 25 mil votos no 9

52x 48, são 5



Segundo a PGR, as intenções de interferir no voto popular ficaram mais claras em um grupo formado por Fernando de Souza e o coordenador de operações Leo Garrido, que apesar de citado não foi denunciado neste momento pela PGR.

Com o nome “Em off” no grupo, Marília comenta sobre o levantamento solicitado apontando redutos lulistas do país. Em conversas com outros denunciados, a delegada também demonstrou o interesse em dificultar o acesso dos eleitores petistas às zonas eleitorais.

“[Em] Belford Roxo (RJ), o prefeito é vermelho. Precisa reforçar PF”, escreveu em um grupo. “Menos 25.000 votos no 9 [nine, como se referiam a Lula]”, acrescentou em seguida.

“Pelotas (RS) Pelotas foi 52×36 [%] pro Lula. 202 mil habitantes”, enviou. “Os caras têm que rodar essas bases”. Em resposta, Fernando falou para enviar equipes ao Rio Grande do Sul, que conta com eleitores do PT no estado.

Em 16 de outubro de 2022 – 15 dias antes do segundo turno – Garrido anunciou no grupo que finalizou os planos para a Bahia, Ceará e Pernambuco. Estados nordestinos que concentravam grande número de votos no candidato do PT.

Em mais de uma situação, mensagens foram trocadas demonstrando o interesse em intervir nas eleições, conforme consta em denúncia da PGR.

“Está claro o desvio de finalidade das ações policiais do grupo, orientadas ao propósito comum dos integrantes da organização criminosa de impedir, também mediante o emprego de atitudes de força, que o candidato agora denunciado fosse afastado do Poder”, informou a PGR.

“Esses e tantos outros diálogos revelam intensa coordenação de estratégias para interferência no pleito. As investigações revelaram, afinal, uma forte rede de comunicações desenvolvida pelos denunciados, com evidências de reuniões e decisões tomadas para garantir, por meio de ações conjuntas, apoiadas na força até policial, a vitória de Jair Bolsonaro. A análise das comunicações confirma o esforço incessante, crescente e coordenado para manipular o processo eleitoral – não somente pelas narrativas infundadas de fraude, mas também pelo empenho de força material impeditiva do acesso de presumidos eleitores do adversário às urnas temidas”, completou.

Planilhas

As planilhas analisadas pelos grupos forneceram dados sobre o número de votos recebidos por candidatos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 em cada Município do Brasil. “Essas informações foram essenciais para a criação do painel de Business Intelligence (BI) solicitado por Marília Alencar”.

De acordo com a PGR, “as diretrizes manifestamente ilícitas construídas pelos denunciados foram acolhidas por Silvinei Vasques [diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal à época], que direcionou os recursos da PRF para o objetivo de inviabilizar ilicitamente que Jair Bolsonaro perdesse o Poder”.

Ligação com 8 de janeiro

Apesar dos intensos esforços dos denunciados para sabotar que eleitores de Lula votassem, o resultado do pleito não foi favorável a Bolsonaro. A partir disso, as tentativas para manter o ex-capitão do Exército Brasileiro no poder assumiram outra configuração, como o ato antidemocrático de 8 de janeiro, conforme denúncia.

Nessa época, tanto Marília quanto Fernando estavam lotados na Secretaria de Segurança Pública do DF, que tinha como responsabilidade monitorar as ações naquela data. Os dois foram levados pelo ex-secretário da SSP Anderson Torres, que também foi denunciado pela PGR.

Marília era subsecretária de Inteligência e acompanhava as operações em grupo chamado Difusão. Por volta de meio-dia, ela foi informada de que os manifestantes apresentavam sinais de animosidade e discutiam abertamente a intenção de “tomar o poder”.

“Evidenciando o conhecimento prévio dos denunciados de todos os acontecimentos que culminaram na eclosão dos atos de violência”, destacou a denúncia.

No entanto, apenas às 16h50 Marília envia a primeira mensagem no dia dos atos antidemocráticos ao grupo que coordenava as ações de segurança, informando que a Força Nacional estava a caminho.

“Recorde-se que Anderson Gustavo Torres, Fernando de Sousa Oliveira e Marília Ferreira de Alencar já haviam aderido aos planos da organização criminosa desde muito antes, o que ficou evidente no pleito eleitoral de 2022, quando coordenaram a utilização indevida da estrutura da Polícia Rodoviária Federal para obstaculizar o trânsito de eleitores a zonas eleitorais em regiões do Nordeste, onde detectaram votação mais expressiva em Lula da Silva. O objetivo era, como agora, situar Jair Bolsonaro no poder”, apontou a denúncia que destacou a “inércia” da secretaria pública do DF.

“Nesse sentido, a inércia da cúpula da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, diante de alertas claros sobre as intenções violentas dos manifestantes, coloca em evidência a continuidade da contribuição dos denunciados ao projeto antidemocrático da organização criminosa”, completou.

Apesar dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 terem sido citados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o foco do documento é a tentativa de golpe de Estado em 2022. Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e demais envolvidos nos ataques serão julgados em uma ação separada.

Outro lado

Em nota, a defesa de Marília Alencar declarou absoluta confiança na análise técnica do STF acerca da denúncia oferecida pela PGR.

Segundo a defesa, a delegada tão somente cumpria as atribuições como diretora de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), inclusive determinando a coleta e a análise de dados acerca de possíveis crimes eleitorais, distante, portanto, de qualquer tentativa de intervir no pleito em questão.

“Da mesma maneira, ao exercer a função de subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) há apenas três dias, atuou para prevenir os atos de 8 de janeiro de 2023, o que será demonstrado por seus advogados”, completou a nota.